



2011
2017



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



SÃO PAULO FOI O PRIMEIRO ESTADO A REFORMAR PREVIDÊNCIA

Medida garante o equilíbrio econômico do sistema no futuro

174

Em 2017 a previsão é que a Previdência Social registre um déficit de R\$ 183 bilhões. O Brasil precisa urgentemente de que a contribuição previdenciária dos servidores públicos federais, estaduais e municipais seja readequada para que todo o sistema não entre em colapso em um futuro próximo, uma vez que a maioria dos servidores públicos contribui menos, mas, mesmo assim, se aposenta ganhando em média cinco vezes mais que os trabalhadores do setor privado.

Em 2015, o déficit do Governo Federal com a aposentadoria de cerca de 1 milhão de servidores da União foi maior que todo o registrado com 33 milhões de aposentados da iniciativa privada; o rombo dos servidores aposentados da União (federais, estaduais e municipais) foi de R\$ 92,2 bilhões, ante R\$ 90,3 bilhões da Previdência geral do INSS, de acordo com dados da Fundação Getulio Vargas.

SP-Prevcom criada para gerir a Previdência Complementar

No momento em que se debate a reforma da Previdência, a Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SP-Prevcom), criada pela Lei 14.653, de 22 de dezembro de 2011, e que iniciou suas atividades em 3 de abril de 2012, pode servir de modelo para outras entidades de Previdência Complementar dos Estados e municípios

São Paulo foi o primeiro Estado do país a lançar um plano de Previdência Complementar e utilizar o teto do regime geral da Previdência como valor máximo para o pagamento da aposentadoria a seus servidores. A regra é simples: os servidores que ingressarem no novo modelo terão o pagamento do benefício assegurado até o limi-

te do regime geral da Previdência, cujo teto atual é de R\$ 5.531,31. Os que ganharem acima desse valor e quiserem garantir uma aposentadoria igual ao último salário da ativa deverão contribuir com a Previdência Complementar para receber a diferença.

A adesão é opcional. A cada R\$ 1 pago pelo servidor, o Estado contribui com R\$ 1. Para alcançar a aposentadoria integral, o funcionário deverá contribuir com 7,5% do valor correspondente à diferença entre o teto da Previdência e seu salário, limite máximo da contribuição do Estado. O servidor poderá contribuir com percentuais mais altos, mas sem a contrapartida. Para gerir os recursos, foi criada a SP-Prevcom, que seguirá as regras de mercado dos fundos de pensão.

Hoje, o Governo paulista gasta R\$ 30,3 bilhões por ano com aposentadorias e pensões, mas tem um déficit de R\$ 17 bilhões referente às contribuições dos servidores e o montante total que deve ser pago de aposentadorias e pensões. Se fossem mantidas as regras anteriores, daqui a 20 anos teríamos um déficit superior a R\$ 30 bilhões por ano. Essa é uma medida tomada para tornar o sistema mais igualitário e justo e sanear as contas da Previdência estadual a longo prazo.

A curto prazo não há alívio de despesa para o Estado, que continuará a pagar as aposentadorias e passará a contribuir com a Previdência Complementar dos servidores, mas isso demonstra de maneira inequívoca a responsabilidade de tomar medidas que garantam a saúde financeira de São Paulo no futuro.

Atualmente a SP-Prevcom tem 20 mil participantes e R\$ 650 milhões em caixa.